

# Agache como referência do corpo técnico da Prefeitura do Rio de Janeiro (1930–1936)

Agache as a reference of the technical  
staff of the City of Rio de Janeiro  
(1930-1936)

**THIAGO SANTOS MATHIAS  
DA FONSECA**

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela  
Universidade Federal Fluminense.  
[thiagosmfonseca@gmail.com](mailto:thiagosmfonseca@gmail.com)

---

**RESUMO:** Este artigo busca investigar a extensão da influência do urbanista arquiteto francês Alfred Agache no corpo técnico de engenharia e arquitetura da Prefeitura do Rio de Janeiro entre 1930, ano em que é publicado o Plano de Remodelação e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro, até 1936. Veremos que, desde a atuação da primeira Comissão do Plano da Cidade, passando pela oficialização do Plano Agache e chegando até sua revogação, Agache foi um importante referencial no círculo técnico da Administração Municipal. Na primeira parte do trabalho, são utilizados como base recortes de jornais leigos, que dão pistas sobre a contratação do profissional francês e sobre a atuação da referida Comissão; na segunda parte, a fonte principal é a Revista Municipal de Engenharia, veículo oficial do Município e atualmente disponível no portal do Arquivo Geral da Cidade, na qual foram selecionados projetos que evidenciam filiações conceituais e morfológicas com o projeto de Agache.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agache. Projetos. Urbanismo.

**ABSTRACT:** This article intends to investigate the influence of the French urban planner Alfred Agache on the technical staff of engineering and architecture of the City of Rio de Janeiro between 1930, the year in which the “Plano de Remodelação e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro” is published, until 1936. We will see that, since the first “Comissão do Plano da Cidade”, through the officialization of the “Plano Agache” and until its revocation, Agache was an important reference in the technical circle of the Municipal Administration. In the first part of the work, cuttings from lay newspapers are used as a basis, which give clues of the hiring of the french professional, as well of the attributions of the referred Commission; in the second part, the main source is the “Revista Municipal de Engenharia”, the official vehicle of the Municipality and currently available on the portal of the “Arquivo Geral da Cidade”, from which projects were selected that show conceptual and morphological affiliations with Agache’s project.

**KEYWORDS:** Agache. Projects. Urbanism.

## Introdução

Desde o início da década de 1920, com a conclusão da demolição do Morro do Castelo em 1922 por ocasião da Exposição do Centenário da Independência, existia uma disputa sobre a hegemonia da área vazia resultante no Centro da cidade. Para tanto, foram elaborados vários projetos urbanos, que se pautavam sobretudo na definição dos alinhamentos dos logradouros da região a ser ocupada. Fora eles, também por parte da Prefeitura entre 1920 e 1924 foram aprovados por decreto a impressionante quantidade de seis Projetos de Alinhamento<sup>1</sup>, os quais se sucederam e se anularam. A partir de 1925, entretanto, percebe-se que os técnicos da prefeitura chegaram a um impasse em relação ao projeto da área (SILVA, L. 1996).

É nesse cenário que o nome de Agache foi cogitado para a elaboração de um projeto urbano abrangente para a cidade, com atenção especial para o Castelo. Converge de forma favorável para a sua indicação o fato de que o referencial cultural para a construção de uma sociedade moderna das elites era então a França (PECHMAN, 1996). Tais elites estavam atreladas a um projeto civilizatório eurocêntrico cuja máxima expressão urbanística foi, sem dúvidas, representada pelas reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos no início do século XX.

Em 1927, Prado Júnior, na ocasião prefeito do Rio de Janeiro, anuncia a vinda do urbanista francês com o objetivo de proferir palestras que versavam sobre Urbanismo e sublinhavam a necessidade de um plano geral e abrangente para a cidade<sup>2</sup>. Tais eventos inserem-se em um contexto no qual ainda não existia na cidade curso específico de Urbanismo<sup>3</sup>, de modo que as conferências apresentavam, como pode-se inferir a partir do próprio plano elaborado em 1930, caráter pedagógico (AGACHE, 1930). Sublinhou-se, dentre outros aspectos, a importância da análise monográfica da cidade, a partir da qual seria definido o partido a ser adotado. Enfatiza-se ainda que o produto final de projeto, longe de se definir como planos de arruamento como era habitual até então na metrópole, apresentava-se na forma de um volume completo, explorando desde questões teórico-conceituais até as definições do projeto propriamente dito, com o estabelecimento de legislação que viabilizasse a sua implantação. Percebe-se ainda, além do foco em questões de ordem sanitária, a preocupação estética com a urbe, de modo que é encorajada a moldagem volumétrica da cidade.

No início do ano seguinte, após a grande influência das conferências, Alfred Agache foi contratado para a elaboração de um projeto urbano<sup>4</sup>,

o qual foi entregue em 1930 com o título “Plano de Remodelação, Extensão e Embellezamento da Cidade do Rio de Janeiro”, conhecido simplesmente como “Plano Agache”. Suas principais características foram amplamente exploradas por outros estudos, razão pela qual não se faz necessária à sua análise pormenorizada. Sua aplicação foi institucionalizada antes mesmo de sua entrega completa através dos PAA’s 1. 791 e 1. 805 em 1928.

Cumprir notar que, por motivos que veremos adiante, a sua aplicação prática foi limitada, e atualmente pode-se vislumbrar de forma fragmentada no Centro do Rio de Janeiro o que de fato foi construído observando seus parâmetros. Ainda assim, por conta de seu formato, que o aproxima dos atuais planos diretores, vários autores<sup>5</sup> o reconhecem de uma forma um pouco vaga como importante influência urbanística no país. Não obstante, existe uma questão pouco explorada pela historiografia: Quais foram as influências das ideias e do projeto de Agache no corpo técnico municipal nos anos subsequentes à publicação do Plano? Quais dispositivos foram responsáveis pela aplicação do Plano e sua revogação?

No sentido de ajudar a elucidar tais questões é que este artigo propõe sua contribuição.

### Aprovação, revogação do Plano Agache e atuação da Comissão do Plano da Cidade (1930-1932)

Por mais que o Plano Agache tenha sido publicado em 1930, a vernissage do IV Congresso Pan Americano de Arquitetos, realizado no mesmo ano no Rio de Janeiro, marcou a primeira apresentação do plano de forma integral ao público, que foi realizada pelo próprio urbanista (FONSECA, 2019). Até então, com exceção dos projetos de alinhamento 1. 791 e 1. 805, não havia nenhum dispositivo legal que colocasse oficialmente as diretrizes determinadas por Agache em prática.

O contexto político, porém, já não era mais o mesmo da época da contratação. Em 1929, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e a crise subsequente acarretaram severas consequências no Brasil, que prejudicaram as já decadentes oligarquias cafeeiras. Em 1930, Getúlio Vargas assume o poder, representando o enfraquecimento das elites regionais e a transformação da economia brasileira, que começa a se inclinar para o eixo industrial. Nesse cenário, o âmbito urbano, por excelência o local das indústrias,

assume um papel protagonista no desenvolvimento do projeto nacional do governo instaurado (REZENDE, 2017).

Na Prefeitura, Prado Júnior é destituído e assume de forma interina em novembro de 1930 Adolfo Bergamini, que encontrou a administração municipal afetada pela crise mundial iniciada em 1929, de modo que propôs a sua reorganização (SILVA, L. 2003). Também a questão de embelezamento da cidade foi observada, uma vez que o plano elaborado por Agache já havia sido concluído e custara volumosa quantia aos cofres públicos. Um trecho do jornal *A Noite* ilustra o fato:

O Sr. Bergamini encontrou a Municipalidade num verdadeiro cháos... Qualquer administrador que assumisse a direcção dos seus negocios, mesmo extra-periodo revolucionario assim a encontraria. No problema do embellezamento havia uma secção especial com direcção superior, tendo o Sr. Agache á frente como technico contratado e autor do plano geral de remodelação da cidade.

O Sr. Bergamini não quis, summariamente, annullar tudo isso. Milhares, muitos milhares de contos foram ali enterrados. Está, por isso, nomeada uma comissão que terá o encargo de tudo dizer e opinar sobre esse trabalho que foi a mais latente preocupação de espirito do Sr. Antonio Prado.<sup>6</sup>

Tal comissão foi formada no primeiro semestre de 1931 com o objetivo de

estudar o contrato existente entre a Prefeitura e o architecto e paizagista professor Alfredo Agache, para a remodelação da cidade do Rio de Janeiro.

A comissão, que se compõe de juristas e technicos, é constituido dos Srs. Drs. Carlos da Silva Costa, Astolpho de Rezende e Alfredo Bernardes da Silva, juristas; e professores Raul Pederneiras, Henrique Novaes, Archimedes Memoria e José Marianno Filho.<sup>7</sup>

Há trabalhos os quais admitem que a criação dessa comissão obedece ao preconizado pelo próprio Plano Agache em sua parte conclusiva, na qual é prevista uma organização permanente para garantir a execução do Plano. No entanto, cabe uma análise cuidadosa da delegação descrita por Agache:

Por conseguinte, é necessário [...] que uma Repartição permanente do Plano seja empregada. E esta Repartição do Plano Director que dará todas as informações uteis, as interpretações necessárias, as auctorisações indispensáveis quando se tratar passar das condições graphicas ás realisações effectivas. A sua missão, enfim, consiste em fazer respeitar os regulamentos e as serventias sem os quaes o plano director não passaria de uma imagem sem alcance pratico. (AGACHE, 1930, p. 321)

Ora, as atribuições da comissão inicialmente instituída por Bergamini são distintas da prevista por Agache e apresentam caráter revisionista em relação projeto urbano entregue em 1930. Portanto, é possível inferir que a sua criação pode estar relacionada às várias críticas feitas ao plano entre 1928 a 1930 pelo corpo técnico nacional (FONSECA, 2019). Nesse cenário, a comissão apresenta-se como um instrumento de conciliação.

Logo nos primeiros pareceres, a equipe, formada por engenheiros do corpo técnico da Prefeitura, destacou o mérito das soluções propostas pelo urbanista francês, sugerindo a sua aprovação definitiva pelo poder municipal. Contudo, lamentava-se a escassa contribuição e crédito aos técnicos nacionais; tal fato era acentuado pelas claras influências dos projetos de brasileiros para o Castelo consultados por Agache nas linhas do seu próprio plano<sup>8</sup>. Havia ainda a preocupação relacionada à continuidade das políticas públicas: é sublinhado pela equipe o fato de que a aprovação oficial do Plano representaria um empecilho para que “cada governador da cidade, tomado do prurido de vaidade, qual o de deixar o seu nome ligado a commettimentos, sem connexões com o que já está feito, transformando, neste particular, a capital do paiz numa verdadeira colcha de retalhos”<sup>9</sup>.

De toda forma, ainda que a princípio a Comissão não seguisse a conformação determinada por Agache, em 14 de setembro de 1931 foi promulgado o Decreto 3.622, que reorganizou a estrutura administrativa da Prefeitura do Distrito Federal. A partir dela, a Comissão do Plano da Cidade<sup>10</sup>, como passa a ser oficialmente denominada, assume formato mais próximo do indicado no Plano, adquirido status de órgão consultivo independente de qualquer secretaria ou divisão. Podemos notar ainda a partir dos artigos de seus membros, alguns dos quais serão mencionados adiante, que ela adquire também o objetivo de emitir pareceres e deferir (ou não) alvarás para novas construções em conformidade com o Plano de 1930, garantindo a sua implementação a longo prazo. Segundo Lúcia Silva (2003), em sua configuração final os membros eram:

- Affonso Eduardo Reidy, Ângelo Bruhns, Archimedes Memória, José Marianno Filho, Lúcio Costa e Raul Pederneiras — todos arquitetos, com exceção de Marianno;
- Armando Godoy, Francisco de Paula Lopes, Henrique novais e Rego Monteiro — engenheiros, sendo Godoy chefe da Comissão.

É interessante notar que não é sem propósito a nomeação de Godoy como presidente da Comissão. O engenheiro teve papel ativo na contratação de Agache no Rotary Club (SILVA, L. 1996); mais ainda, foi ele quem buscou fazer o intermédio entre o urbanista francês e a Diretoria de Obras durante a elaboração do projeto, tendo sido, por conta de divergências — provavelmente com a Diretoria de Engenharia — transferido para o então longínquo distrito de Santa Cruz (REZENDE, 2017). Ao voltar para a Sede, continuou em contato com Agache (SILVA, L. 1996), que voltou ao Brasil mesmo após da entrega do Plano. Deve ser destacada também a participação de Lúcio Costa e Reidy, duas figuras que posteriormente se tornariam paradigmáticas no modernismo brasileiro.

A atuação da comissão e seu pronunciamento, que, conforme exposto, foi preliminarmente positivo em relação ao Plano, encontrou reflexo na legislação: em 15 de junho de 1931, foi promulgado o Decreto 3.549, o qual determinou que

As Companhias, Empresas, sociedades particulares, instituições, firmas ou indivíduos que emprehenderem a criação ou o desenvolvimento de grupos de habitações e a divisão de terrenos em lotes ou ruas, devem ter conhecimento das directrizes da Planta de Remodelação e conformar-se com ellas na execução de todos os projectos.<sup>11</sup>

A lei afetou diretamente as novas construções na cidade onde, após a sua homologação, deveriam ser seguidos os parâmetros estabelecidos pela Plano Agache. De fato, por um período não só as edificações eram aprovadas de acordo com o Plano, como foram aprovados em conformidade com ele vários Projetos de Alinhamento e Arruamento (FONSECA, 2019), os quais, por mais que em sua maioria tenham sido revogados, marcaram por muito tempo o espaço vazio do Castelo.

**FIGURA 1: Região do castelo, S. M. Holland, circa 1930, Fundação Biblioteca Nacional, referência digital icon855565. Percebe-se o arruamento marcado na área vazia, o qual seguia o determinado por Agache.**



A atuação da Comissão do Plano foi responsável também pela aprovação de uma Cidade Universitária na Urca<sup>12</sup>. Tal anuência era estratégica, já que na região havia ainda muitos terrenos do governo federal, que aterrara a área para a Exposição do Centenário da Abertura dos Portos em 1908, fator que poderia baratear o custo de implementação do Campus. Certamente foi determinante ainda o fato de ter sido previsto no local por Agache a instalação de um bairro universitário, de modo que a aprovação observava as recomendações do urbanista francês. Até hoje ainda se preserva o uso universitário na região, onde existe atualmente a UNIRIO.

Uma outra interessante relação de continuidade entre os trabalhos da Comissão e de Alfred Agache é o contínuo trabalho de disseminação do Urbanismo. À semelhança das conferências realizadas pelo urbanista francês, foram feitas várias palestras em rádios da época, abordando de uma forma geral as estratégias adotadas pela equipe para a organização e o planejamento da capital (FONSECA, 2019).

A constituição oficial da primeira Comissão do Plano da Cidade foi um passo importante para a solidificação das diretrizes do Plano Agache.

Nesse sentido, cabe ressaltar também que ela é inovadora no sentido de ser a primeira organização dentro da própria Prefeitura que se propõe a discutir de forma permanente um projeto cuja implementação se dá a longo prazo. Mais que isso, muito além de um objetivo de realização de obras, representou um passo crucial na discussão da dimensão normativa e de regulamentação do espaço no âmbito técnico da Prefeitura.

A institucionalização do Urbanismo ganha novo impulso em 30 de janeiro de 1932, através do Decreto 3.759, que regulamentou a Diretoria de Engenharia. A ela estaria subordinada a Divisão de Urbanismo, que se incumbiu “dos estudos technicos, artisticos, economicos e sociaes relativos aos planos de embelezamento e urbanização da cidade”.

Nesse cenário, restava pendente a questão da aprovação oficial do Plano, que foi sanada em 10 de maio de 1932, através do Decreto 3.873. Nele, determinava-se:

Fica adoptado como plano director desta Cidade o que foi elaborado pelo urbanista Alfred Agache em virtude de contracto feito com a Administração Municipal, devendo subordinar-se ao seu schema e linhas fundamentaes ás suas indicações com relação á composição, limites e destino das differentes zonas em que se divide esta Capital, todos os melhoramentos, transformações e edificações levadas a effeito nesta Cidade.

O mesmo decreto garante a atuação tanto da Divisão de Urbanismo quanto da Comissão do Plano da Cidade, dando a possibilidade de efetuação de ajustes no Plano se necessário.

A Comissão, no entanto, teve vida curta após o Decreto 3.873. Em outubro de 1931, assume o cargo de prefeito o médico Pedro Ernesto, que concentrou seus esforços na área da saúde (SILVA, p. 2017). Nesse contexto, nos círculos políticos começava a se consolidar a consciência de que o Plano Agache era produto do contexto pré Revolução de 1930, o que era repudiado; de forma simultânea, ganhava força a emergência do Modernismo no Rio de Janeiro com a nomeação de Lúcio Costa em 1930 como diretor da Escola Nacional de Belas Artes<sup>13</sup>, onde buscou romper com os paradigmas acadêmicos. Nesse sentido, é importante, ressaltar que na medida em que Governo Vargas mostra-se disposto aproximar-se do Movimento Modernista, buscando reforçar a instrumentalização da ideia de progresso (SILVA, L. 2003), o Modernismo ganha proeminência, bem como se radicaliza seu posicionamento de

rompimento com o passado, contexto no qual o Plano Agache perde prestígio por sua forte associação ao academicismo francês.

Assim, após a posse de Ernesto, considerando o seu foco na saúde pública e o Modernismo, o Projeto de 1930 foi paulatinamente ignorado, o que gerou desgastes com a Comissão. Alguns imbróglis ilustram a situação:

Por volta de fevereiro de 1932, o governo manifesta sua intenção de construir a nova sede do Ministério da Agricultura em terreno no entorno imediato da Quinta da Boa Vista, o que destruiria parte dos seus jardins e uma importante área de lazer do Plano<sup>14</sup>. José Marianno Filho vai a público se posicionar contra a ação, comentando que

A “Comissão do Plano da Cidade” não se pode resignar ao sacrifício das ideias de “zoneamento” previstas pelo urbanista Sr. Agache. Se os ministros podem fazer urbanismo; se eles têm lazeres para estudar as questões que dizem respeito à cidade, seria preferível dar por encerrado o incidente.<sup>15</sup>

Na mesma época, Bergamini propôs à Comissão o prolongamento do Canal do Mangue até a Lapa, traçado totalmente diverso do que propusera Agache<sup>16</sup>. A proposta do Interventor, apesar de a princípio ser economicamente mais viável, não buscava solucionar os problemas de escoamento de águas pluviais, tal qual a proposta do urbanista francês, e não obteve os favores da Comissão.

Ainda durante o primeiro semestre de 1932, nos arredores do Largo da Carioca, uma irmandade religiosa solicitou ao prefeito a autorização da venda do terreno para a construção de um arranha-céus. O pleito foi deferido, “obrigando a irmandade assinar um termo, pelo qual, [...] quando a municipalidade pretender, dando cumprimento ao plano Agache, constituir a tal avenida, desapropriar o terreno”.<sup>17</sup> Pedro Ernesto afirma ainda que, mesmo com o termo de compromisso, “a celeuma foi estabelecida e ainda hoje me criticam!”.

Já em maio do mesmo ano, é publicado artigo dando notícia de reunião do Instituto Central de Arquitetos no Automóvel Club<sup>18</sup>. Nela, o arquiteto José Cortez elenca os “atentados” que Prefeitura pretendia executar em relação ao Plano além dos já enumerados:

— a construção de edifício na esquina da Av. Rio Branco com a Rua Sete de Setembro sem respeitar o alinhamento previsto para a área;

- reforma da policlínica geral na Av. Rio Branco, cujo edifício estava condenado segundo o Plano para o prolongamento da Av. Nilo Peçanha. Na década de 1940, no entanto, o prolongamento de fato aconteceu, e a Policlínica foi demolida;
- construção de um arranha céu de 30 andares em terreno vizinho ao Palácio Monroe;
- aprovação de loteamentos em desconformidade com o desenho de Agache, principalmente nos terrenos da Zona Sul;
- dispersão de edifícios de uso institucional, que deveriam estar todos reunidos no Centro Cívico projetado;
- edificação da nova sede dos Correios na área destinada à nova Catedral, na área resultante do aterro na Ponta do Calabouço.

José Cortez no mesmo discurso reconhece a necessidade de algumas alterações no projeto de Agache. No entanto, questiona de forma pungente: “Agora, se a Comissão do Plano da Cidade não tem elementos nem poderes para fazer respeitar ou introduzir as necessárias modificações no plano aprovado, então para que serve?”

Por fim, após o período de tensões e conflitos, em 18 de novembro de 1932, o jornal *O Paiz* noticia a renúncia coletiva da Comissão. No artigo da edição<sup>19</sup>, comenta-se que uma equipe nos mesmos moldes poderia ser novamente constituída, mas desta vez de caráter executivo.

Sem um órgão fiscalizador e consultivo, a aplicação do Plano ficou prejudicada, uma vez que, como visto, o novo contexto político não era favorável à efetiva implantação do projeto. Desprestigiado, visto como demasiadamente monumental, exorbitante, com várias referências ao Brasil pré-1930 e, segundo as palavras do Prefeito, “inexequível em menos de 50 anos” (REZENDE, 2005), em 30 de junho de 1934 foi publicado o Decreto 4.923, que revogou o Decreto 3.873 — aquele que aprovara do Plano — e previa a elaboração de um novo “Plano Geral de Transformação e Extensão da cidade do Rio de Janeiro”.

## O Plano como referência da Diretoria de Engenharia (1933-1936)

A renúncia da Comissão não representou o fim da presença institucional do urbanismo. Conforme já dito, em janeiro de 1932 foi criada a Diretoria de

Engenharia, que abrigava a Divisão do Urbanismo. Essa mesma Diretoria foi responsável pela criação da Revista da Diretoria de Engenharia (SILVA, p. 2017), que mais tarde foi renomeada como Revista Municipal de Engenharia, veículo oficial através do qual os seus membros publicavam projetos, artigos e legislações. Nela, surgem várias discussões sobre urbanismo dignas de nota, muitas nas quais Agache e seu plano têm um papel direto ou indireto. Por ser o veículo oficial da repartição e importante meio de debate de ideias (Ibidem), foi utilizado como principal referência no sentido de investigar a natureza das permanências das ideias agachianas no corpo técnico da prefeitura após o esfacelamento da Comissão, cujos artigos estão analisados a seguir.

Em 1933, a Revista lança uma série na qual publicava de forma fracionada capítulos e excertos originais do Plano Agache, e que se estendeu por treze edições<sup>20</sup> até o ano de 1936. Tal publicação se mostra fundamental para a divulgação do projeto enquanto referência, uma vez que abrange o período após a sua revogação.

Como uma das consequências dessa publicação seriada, é natural inferir que vários dos princípios defendidos por Agache tenham transpassado os artigos da Revista. Tal conclusão encontra base nos exemplos a serem explanados; no entanto, cabe ressaltar que não apenas no campo projetual, mas também no campo conceitual da disciplina de Urbanismo os debates apresentam alguma filiação com Agache.

Destaco dois artigos da engenheira Carmen Portinho, a terceira mulher a se formar engenheira no Brasil<sup>21</sup>. No primeiro deles, o próprio título, “O Critério científico no Urbanismo” (PORTINHO, 1934a), explicita o posicionamento da autora de considerar a disciplina como uma ciência e, conforme se lê no corpo do texto, como uma arte também. Segundo ela,

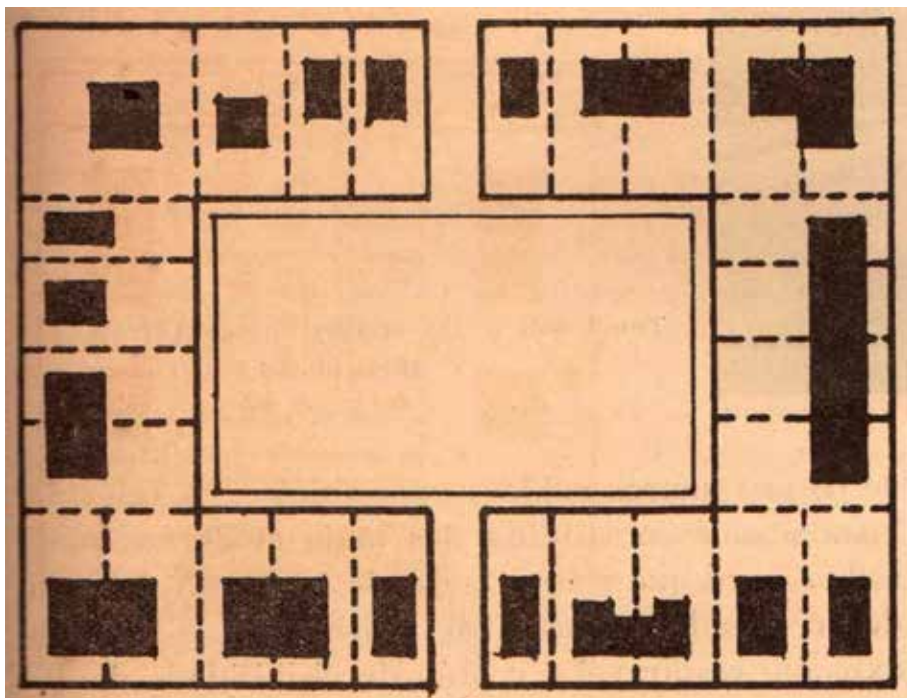
Todo urbanista deve ser um observador, deve possuir o espírito de pesquisador e ao mesmo tempo sentir como um artista. Há quem conteste que o urbanismo seja ciência, entretanto, nada mais certo que afirmar que para se chegar a ser urbanista é indispensável possuir-se qualidades de cientista, de analista. Em urbanismo o superficial não é nem pode ser admitido. [...] O urbanista, que desejar dedicar-se conscienciosamente ao estudo do seu projeto, não poderá dispensar os conhecimentos gerais de sociologia e psicologia que lhe são exigidos, nem a investigação minuciosa acerca da história e geografia da cidade cujo plano de organização e extensão lhe foi confiado (PORTINHO, 1934<sup>a</sup>, p. 15)

É interessante observar ainda como a autora recorre à sociologia, que era uma das interdisciplinaridades mais marcantes e peculiares de Agache. Com isso, ainda que não se possa deduzir que Portinho necessariamente partilhava das mesmas premissas de Agache, percebem-se filiações entre o seu discurso e o do urbanista francês, já que na França de uma geral os debates urbanísticos estiveram profundamente relacionados à Sociologia (PECHMAN, 1996).

O segundo artigo de Portinho, “O ensino do Urbanismo” (PORTINHO, 1934b), discorre sobre a estrutura da disciplina em diversos países, com enfoque maior nos Estados Unidos. Mesmo assim, aponta que o academicismo francês era um exemplo mundialmente conhecido e influente, lamentando que não haja no Rio de Janeiro uma formação acadêmica específica de Urbanismo. Tal queixa também fora levantada por Agache na ocasião de suas palestras no Rio de Janeiro em 1927 (FONSECA, 2019).

Não apenas no plano teórico se manifestaram os artigos. Godoy, ex-presidente da Comissão do Plano da Cidade, em 1934 publicou dois artigos que nos interessam na Revista. No primeiro deles, “Assunto Vários” (GODOY, 1934a), percebe-se que Godoy, tendo saído da Comissão, passou a trabalhar na Divisão de Urbanismo, e a partir da perspectiva de sua atuação nela expõe sua experiência em relação a algumas questões. O técnico, apesar do projeto de Agache ter sido revogado no mês anterior, refere-se a ele como Plano Diretor, tomando-o como parâmetro para as suas decisões. Exalta sobretudo o zoneamento estabelecido por ele, comentando que os setores indicados e posteriormente oficializados por Decreto evitaram a proliferação de indústrias em áreas residenciais e que influenciaram positivamente na salubridade dos novos terrenos, os quais deviam obedecer aos padrões de afastamento e número máximo de pavimentos.

**FIGURA 2:** Ocupação periférica da quadra, publicada em artigo e retirada do Plano Agache. Revista Municipal de Engenharia, número 11, ano 3, 1934, p. 59. Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Especialmente interessante é a representação que utiliza para comentar sobre a ocupação ideal das quadras. Além de defender a configuração periférica, ainda que os edifícios não estejam configurados de forma contínua de modo a fechar de fato a quadra, ele utiliza imagens do próprio Plano Agache (figura 2) para ilustrar o seu discurso. Por fim, o autor insiste na legitimidade do projeto de 1930:

Preciso aproveitar o ensejo para lembrar que a oficialização dos planos reguladores, diretores, de remodelação e expansão, quando constam de livros impressos [...] expostos ao público [...] não exige que o Prefeito assine todos os seus elementos bastando o decreto citar de que plano se trata. [...] Portanto, não colhe o argumento constante de algumas informações que temos lido [...] de que esta ou aquela exigência não tem

base legal. Todas as exigências feitas pela Divisão de Urbanismo têm base legal e técnica. (GODOY, 1934 a, p. 58)

No segundo artigo, intitulado “Sugestões sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas e os terrenos marginaes” (GODOY, 1934b), Godoy resgata a ideia de urbanização da área. Lamenta que o poder público tenha demorado para colocar em prática nos terrenos disponíveis na Zonal Sul as diretrizes do Plano Agache. Destaca o arruamento do Leblon, utilizando exatamente a mesma imagem do Plano, e a proposta de Zózimo Amaral para o arruamento de parte da Lagoa, que pressupunha um aterro.

Em relação à proposta de Zózimo, há algumas questões dignas de nota. Segundo o seu autor, a intenção de um projeto para a área remonta à gestão de Carlos Sampaio, quando foi intensificada a urbanização da Zona Sul (AMARAL, 1931), sob a justificativa de que aquela área dava à Prefeitura prejuízos, e que seria lucrativa a venda dos terrenos resultantes do aterro da Praia Funda para a construção de um bairro residencial. Além disso, “as obras impediriam o desenvolvimento da Favella já esboçada naquela zona” (Op. cit., p. 14). O projeto foi apresentado em 1929 ao Conselho Municipal e ao Prof. Agache, que o incorporou ao seu próprio plano, “salvo pequenos detalhes a estudar”, comentando que “projecto é muito bem estudado e representa um grande progresso, comparado com os loteamentos até hoje executados aqui no Rio de Janeiro” (Op. cit., anexo 4).

O que se percebe na proposta de Zózimo é uma leitura diferente da ocupação das quadras, dessa vez feita através de casas individuais com afastamentos consideráveis das divisas contando com grandes espaços verdes. A configuração do bairro se aproxima da “criação moderna de urbanismo que se autodenomina cidade jardim”, assim como o arruamento arborizado que Agache previu para o Leblon; no entanto, o traçado das ruas é menos lúdico e mais retilíneo.<sup>22</sup>

Levando a sério a possibilidade do Plano Agache ser levado a cabo na região, e por conseguinte a proposta de Zózimo, justificando os aterros através dos benefícios que trariam diretrizes escolhidas para a sua ocupação, Godoy fecha o artigo lamentando a falta de “uma propaganda bem conduzida, que convencesse ao grande publico e aos Governos federal e municipal da necessidade da [...] [sua] execução”.

**FIGURA 3: Proposta de Saboya Ribeiro para a urbanização da Urca. Revista Municipal de Engenharia, número 16, ano IV, 1934, p. 366. Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.**



No ano seguinte, o engenheiro Saboya Ribeiro publica na Revista um plano para a ocupação da Urca e requalificação de Botafogo (figura 3), que se divide em três publicações entre janeiro e maio (SABOYA, 1935a, 1935b, 1935c). Já no primeiro artigo pode-se perceber que, mesmo revogado — a sua aprovação fora retificada em 1934, como vimos —, o Plano Agache era um forte referencial projetual:

Em todos os nossos estudos tivemos sempre em vista as directrizes geraes do plano de remodelação do Prof. Agache; nem nos seria permitida outra doutrinação, dado o alto descortino urbanistico com que o mesm (sic) plano foi elaborado, merecendo por isso a nossa atenção [...] (SABOYA, 1935a, p. 225).

É ainda mais relevante observar que as influências de Agache vão muito além das citações diretas feitas ao longo do trabalho. O artigo anterior de Godoy (1934a) evidencia que uma das diretrizes mais bem aceitas e utilizadas do urbanista francês foi o zoneamento; já no trabalho de Saboya, percebe-se a continuidade do zoneamento previsto por Agache para a área: é mantido o uso institucional universitário para a área de aterro da Exposição de 1908, com previsão de residências para os professores, e área residencial para a população em geral no novo aterro a ser feito. Com isso, o autor pretende uniformizar o bairro e evitar o seu “aspecto caótico”, ordenando o espaço através do uso.

Também é relevante ressaltar o processo de construção projetual. Agache, ao fazer as conferências em 1927 e entregar um volume completo em 1930, busca estabelecer um método de projeto cujo escopo extrapola o que propunham os planos de melhoramentos da década de 1920 (FONSECA, 2019). Ora, no projeto de Saboya verifica-se que, ainda que o arruamento e a morfologia diferenciem-se substancialmente do que previu Agache, o engenheiro sinaliza em seu trabalho a síntese do método agachiano: diagnóstico ou estudo de caso, propostas e normatização, sendo o corpo do texto parte importante da proposta. O próprio nível de detalhamento evidencia uma maior preocupação com o desenvolvimento das soluções, chegando a determinar afastamentos e outros parâmetros edilícios. No entanto, mesmo empenhando-se em algumas minúcias, o plano, cujo ponto focal é claramente a Urca, não deixa de se articular o bairro com Botafogo, que fica no entorno imediato, abordando inclusive, ainda que de forma superficial, conceitos sofisticados, como por exemplo, o de paisagem. Uma proposta com essas características projetuais mais abrangentes, ainda que abreviada em artigos, combinando arruamento, zoneamento e parâmetros edilícios é quase inimaginável no contexto anterior a vinda de Agache ao Rio.

Ainda no mesmo ano, Mário Martins resgata a temática do zoneamento (MARTINS, 1935), propondo a implantação de um decreto. Em sua proposta, mesmo sem citar diretamente Agache, o autor chama atenção para o fato de que “falharam todas as tentativas até agora feitas para o estabelecimento de um zoneamento adequado na nossa cidade”, afirmando que essas investidas procuravam ser completas, determinando “ao mesmo tempo uso, volume, densidade de ocupação e espaços livres”, referindo-se provavelmente ao Plano Agache ou às propostas geradas no âmbito técnico da Prefeitura após a sua publicação, já que não parece haver na época nenhuma legislação amplamente conhecida que versasse sobre o assunto com tal abordagem.

**Sobre a não implantação do zoneamento, Martins aponta duas causas:**

As razões de tal facto resumem-se provavelmente em dois grupos:

1º — Na prevenção natural do homem para tudo que embora aparentemente, se lhes afigure uma restrição de sua liberdade de ação;

2º — No conflito que se estabelece entre a satisfação de interesses privados e a conveniência de interesses coletivos, prevalecendo quase sempre, o que é humano, os argumentos que favorecem o interesse particular que é o do argumentador. (MARTINS, 1935, p. 216)

A partir desse preâmbulo, é proposto um zoneamento dividido em zona residencial, comercial e industrial, atrelando a elas parâmetros edilícios específicos, moldando, tal qual o projeto do urbanista francês, a morfologia da cidade. Em um deles, pode-se perceber uma imagem familiar: a definição de escalonamentos a partir do ângulo de visão da rua, que é uma das marcas do projeto de Agache.

No final de 1935, é publicado um artigo referente a uma comissão responsável por analisar e se pronunciar acerca da construção de um viaduto no bairro de São Cristóvão, passando sobre as linhas de trem. Ao propor uma solução alternativa, o parecer evidencia que o Plano de 1930 ainda era uma referência no meio técnico da Prefeitura, mesmo que não houvesse mais nenhum ato administrativo que o validasse:

O architecto urbanista Alfredo Agache indiscutivelmente consultou bem as necessidades actuaes e futuras dessa metrópole, indicando a conveniencia de se estabelecer uma gare unica para os trens do interior de todas as vias ferreas que servem esta capital, localizando-as em um ponto central, onde se interceptam e convergem as avenidas destinadas a servir e os principaes e mais populosos bairros do Rio de Janeiro. Quando se resolve um problema desta natureza, olha-se para alguns decenios posteriores á epoca do projecto. Assim fez o architecto Alfredo Agache, quando planejou uma gare unica, por meio da qual buscou coordenar os dois trafegos: o ferroviario e o rodoviario. (GODOY; FIGUEIREDO; REIDY, 1935, p. 294)

Importante ainda apontar que dessa comissão participava Reidy, que mais uma vez estava envolvido em um pronunciamento que apontava para o Plano Agache.

Em 1936, último do recorte deste artigo, há três publicações que nos interessam, em geral comentando sobre o descaso com o Projeto de 1930.

O primeiro deles, de José Estelita (1936), discorre sobre o Urbanismo no Japão. Nele, o autor exalta a organização espacial das cidades do país, atribuindo o feito ao obediência ao zoneamento e à vigência de um plano diretor, estabelecendo um paralelo com a capital brasileira, que desconsidera o Plano entregue em 1930, mesmo tendo sido aprovado pela Comissão do Plano da Cidade e oficializado através do Decreto 3.873/32. Denuncia ainda que a administração municipal, além de autorizar sistematicamente a construção de arranha-céus em áreas cuja altura, segundo Agache, era restringida, havia iniciado também a construção do Aeroporto Santos Dumont, que se localizava na área do aterro do Morro do Castelo.

Dentro da Diretoria ele não foi o único a anunciar a problemática da construção do Aeroporto. Em informação técnica de 1936, Tobia Visconti, engenheiro do corpo técnico, comenta sobre a área:

Pelo projeto grandioso organizado pelo professor Agache, hoje quase totalmente abandonado, a área do Calabouço era destinada a grandes jardins os quais seriam rodeados do bairro das embaixadas [...] e dariam acesso por meio de uma grande alameda a um monumento erigido em memória do fundador da cidade.

Este destino foi completamente mudado em consequência da localização no Calabouço do aeroporto Santos Dumont, obedecendo aliás, a justos motivos numa outra ordem de ideias.<sup>23</sup>

O segundo discorre justamente sobre o Aeroporto. O autor, Luiz Santos Reis (1936), inicia o artigo discorrendo sobre como um grupo de engenheiros “venceu ou convenceu, um a um, todos os adversários da localização do Aeroporto na ponta do Calabouço”. Tal resistência se deu porque o aeroporto, com toda a sua infraestrutura e espaço para as pistas de pouso, ocupava a parte mais nobre do Plano Agache, para a qual era prevista uma catedral, um grande jardim com espelho d’água e perspectivas formadas por palmeiras imperiais e, principalmente, um bairro dedicado a embaixadas. Basicamente, a construção do aeroporto significou, depois da revogação em 1934, o maior revés sofrido pelo projeto.

Em reação a essa oposição, o autor, que se coloca de forma favorável à localização do equipamento, propõe no final do estudo um plano projetando

não apenas o aeroporto, mas também buscando compatibilizar o novo uso da área com o arruamento antigo (figura 4). Essa é uma das evidências mais inusitadas de que o Plano Agache permaneceu enquanto referência para a ocupação do Castelo, já que se trata de uma planta cadastral do Centro da cidade retratando um plano oficialmente revogado dois anos antes — não havia, portanto, nenhuma normativa que o obrigasse a levá-lo em consideração — e a tentativa de harmonizá-lo à construção de um equipamento urbano completamente novo e que o estrangulava. Nessa conciliação, Luiz Reis se reserva a liberdade de criar uma linha de costa distinta da prevista em 1930, elaborando uma reentrância, e altera a configuração de algumas quadras, preservando, tanto quanto possível, o traçado das ruas previsto pelo professor francês.

**FIGURA 4:** Plano de Luiz Reis com o aeroporto e sua compatibilização com o arruamento previsto por Agache. *Revista Municipal de Engenharia*, número III, volume III, 1936, p. 142. Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



A conclusão faz uma recomendação: “taes estudos [do morro do Castelo] mereceram do Prof. Agache uma atenção elogiosa, ficam como uma suggestão ou anteprojecto a ser submettido á Comissão do Plano Director da Cidade” (p. 142). A proposta, contudo, jamais foi aprovada, mas curiosamente foram aprovados dois projetos de alinhamento (2. 825 e 2. 947), de vigência bastante limitada, com o mesmo objetivo de compatibilizar o Plano Agache ao aeroporto.

O último artigo é um parecer do Centro Carioca que versa sobre o plano diretor da cidade, então inexistente (MENDONÇA, 1936). Nele, o autor critica a infestação de arranha-céus valendo-se de analogia com o casario colonial, já que vários deles apresentavam péssimas qualidades de salubridade, apontando ainda que o Código de Obras de 1925 carecia de um zoneamento mais abrangente e preciso. Nesse contexto, destaca que não é por falta de projeto que não existe um plano abrangente para a cidade, resgatando proposições desde o séc. XIX até o Plano Agache, “que teve a duração das rosas de Malherbe” (p. 133).<sup>24</sup> À causa negligência do projeto, Mendonça atribui às descontinuidades na administração municipal; de fato, no período compreendido entre 1930 e 1936, Prado Júnior, Adolfo Bergamini, Pedro Ernesto e Olímpio Melo se sucederam no cargo de prefeito. Finaliza afirmando que “um plano de conjunto de embelezamento da Metrópole é uma necessidade inadiável” (p. 134).

## Conclusão

Ante o exposto, podemos verificar que a mudança do contexto político representou a descontinuidade das políticas públicas de planejamento da cidade de forma geral e coesa. A ruptura na administração, reforçada pelo fortalecimento do Modernismo, fez com que as propostas do urbanista francês caíssem em desprestígio. Ainda assim, o Plano Agache, mesmo revogado, continuou sendo um referencial nos anos 1930, e as menções a ele aparecem em profusão nos periódicos do período, que são permeados pelo intenso debate urbanístico.

Já a análise dos artigos da Revista da Diretoria de Engenharia evidencia algumas questões. Mesmo após a sua revogação em 1932, o Plano Agache é com frequência usado como referência projetual. Como vimos, indiscutivelmente nesse período parte considerável do corpo técnico da Prefeitura tinha conhecimento do projeto e o reconhecia enquanto um estudo abrangente e completo ou, pelo menos, digno de nota.

Fica claro nos memoriais descritivos que o processo projetual de alguns desses técnicos, em vez de partir de diretrizes totalmente novas, se desenvolve baseado nos direcionamentos já estabelecidos por Agache, sejam eles no campo formal, conceitual ou normativo. Usando uma analogia, seria algo próximo ao ato de projetar em um papel manteiga sobre uma planta cadastral, na qual a base são os critérios definidos pelo urbanista francês.

A própria estrutura das propostas feitas a partir de 1930 parece apurar-se. Mesmo que restritas a uma janela estreita de artigos de uma revista institucional, as proposições, que tomam forma tanto de projeto em escala urbana quanto de orientações normativas, buscam resgatar um breve diagnóstico do local. A partir disso, é feita a propositura, que eventualmente alcança uma abordagem ampla e extrapola os limites do recorte territorial escolhido, como nos exemplos de Saboya e Reis. Por fim, não raro chega-se a um projeto de legislação, que dispõe sobre os instrumentos que irão efetivar a implantação do plano;

O que pode ser visto é que trabalho de Agache, que apresentava formato completo e se aproximada dos moldes dos atuais planos diretores, aliado às discussões que gerou, teve papel protagonista na institucionalização do Urbanismo no âmbito técnico da Prefeitura, apesar das descontinuidades das políticas públicas. O Plano influenciou inclusive a natureza dos projetos urbanos desse período, que passam a considerá-lo, e se aproximam de uma estrutura que se muito mais complexa. Sem prejuízo ao reconhecimento das muitas outras influências nesse período turbulento, é fundamental distinguir as evidências de permanências do Plano Agache não apenas no que foi efetivamente construído, mas também as continuidades no meio fértil da circulação de ideias — âmbito muitas vezes ignorado —, estabelecendo dessa forma um repertório de método de projeto.

## Notes

1 Trata-se dos PAA's 1. 355, de 16 de agosto de 1920; 1. 385, de 09 de março de 1921; 1398, de 30 de abril de 1921; 1. 489, de 13 de novembro de 1922; 1. 515, de 18 de dezembro de 1923; e o 1528, de abril de 1924. Todos eles estão disponíveis no site da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro.

2 **O Paiz**. Rio de Janeiro: 14 de abril de 1927, edição 15516, p. 1 – “A Futura Physionomia da Metropole Brasileira”.

3 MATTOS apud PECHMAN, 1996.

4 **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 08 de fevereiro de 1928, edição 10146, p. 1 – “Para embelezar e gastar o empréstimo”.

5 Como MENDES, 2012; ALMEIDA, 2005; BERDOULAY, 2003; SANTANA E ALMEIDA, 2014.

6 **A Noite**. Rio de Janeiro: 28 de fevereiro de 1931, edição 6971, pp. 1 e 6 – “O Canal do Mangue prolongado até a Lapa”.

7 **A Noite**. Rio de Janeiro: 27 de fevereiro de 1931, edição 6916, p. 4 – “Um problema que interessa de facto esta Capital”.

8 **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 28 de fevereiro de 1931, edição 51, p. 6 – “Os trabalhos do Sr. Agache”.

9 Ibidem.

10 Uma segunda Comissão do Plano da Cidade foi criada em 1937 por Henrique Dodosworth, retomando o conceito.

11 O Plano de Remodelação em questão é o Plano Agache.

12 **A Noite**. Rio de Janeiro: 06 de maio de 1931, edição 6983, p. 3 – “A futura ‘Cidade Universitaria’”.

13 Informações oriundas da Fundação Getúlio Vargas; disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/dhbb/Lucio%20Costa.pdf>>. Acesso em 11/04/2020.

14 **A Noite**. Rio de Janeiro: 23 de fevereiro de 1932, edição 07272, p. 1 – “A Quinta da Boa Vista Ameaçada”.

15 Ibidem.

16 **A Noite**. Rio de Janeiro: 28 de fevereiro de 1931, edição 6971, pp. 1 e 6 – “O Canal do Mangue prolongado até a Lapa”.

17 **A Noite**. Rio de Janeiro: 28 de dezembro de 1932, edição 7578, p. 1.

18 **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 6 de maio de 1932, edição 107, p. 10 –

“Attentados ao Plano Agache”.

19 “Entravando a marcha da remodelação urbana”.

20 1933 – n. 5, 6 e 7; 1934 – n. 9, 10, 11, 12 e 13; 1935 – n. 14, 15, 16, 17, 18 e 19; 1936 – n. I, vol. III.

21 Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/carmen\\_portinho](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/carmen_portinho)>. Acesso em 13/10/2019.

22 O trabalho de Zózimo foi publicado também separadamente do Plano Agache (AMARAL, 1931). No volume, percebe-se a preocupação com a implantação da proposta, entrando em minúcias relativas à questões financeiras e legais.

23 Informação de 23/12/1936 do processo n. 5. 4131936, da Secretaria de Viação e Obras. Disponível no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

24 Expressão inspirada em poesia de François Malherbe (1555-1628), intitulada “Consolação ao Sr. Du Pérrier, gentil-homem de Aix-en-Provence, pela morte de sua filha”. Informação disponível em: <<https://gcn.net.br/nossasletras/noticia/137665/ROSA-DE-MALHERBE-137665/>>. Acesso em 17/10/2019.

## Referências bibliográficas

- AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, Remodelação e Embellezamento**. 1 ed. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1355316/or1355316.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1355316/or1355316.pdf)>. Acesso em 04/08/2018.
- ALENCAR, Aurélia T. S. “Archimedes Memória: o futuro ancorado no passado”. In: **Seminário Docomomo Brasil**, 9, 2011, Brasília. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/>>. Acesso em 16/09/2019.
- AMARAL, Zózimo Barroso. **O projecto de construcção de uma cidade jardim nas margens da Lagoa Rodrigo de Freitas**. Rio de Janeiro: Paulo e Pongetti, 1931, 133 pp.
- ALMEIDA, Daniel Valter de. “Plano Agache: a cidade do Rio de Janeiro como palco do 1º plano diretor do país e a consolidação do Urbanismo no Brasil”. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. In: **Anais...** São Paulo: USP, Departamento de

Geografia, 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/02.pdf>>. Acesso em 26/10/2019.

BERDOULAY, Vincent. "Modernismo e espaço público: o Plano Agache do Rio de Janeiro". In: **Revista Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, Ano VII – n. 11, 12 e 13 – set.-out., pp. 123-132, 2003. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/67963204-Modernismo-e-espaco-publico-o-plano-agache-do-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em 26/10/2019.

ESTELITA, José. "Os problemas de urbanismo no Japão". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, n. I, vol. III, pp. 16-18, jan. 1936.

FONSECA, Thiago. **Permanências do Plano Agache**: discussão, formação e prática da disciplina de Urbanismo no Rio de Janeiro (1927-1945). Monografia (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

GODOY, Armando de. "Assuntos Vários". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, pp. 53-59, jul. 1934a.

\_\_\_\_\_. "Sugestões sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas e os terrenos marginaes". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 13, pp. 148-151, nov. 1934b.

GODOY, Armando de, FIGUEIREDO, Nestor de, REIDY, Eduardo Affonso. "Viaducto de S. Christovão". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 15, pp. 293-296, mar. 1935.

MARTINS, Mario de Sousa. "Um typo de "zoneamento progressivo"". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 14, pp. 216-221, jan. 1935.

MENDES, José Teles. "O Plano Agache: Propostas para uma Cidade-Jardim Desigual". In: **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, pp. 116-127, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>>. Acesso em 08/09/2019.

MENDONÇA, Valdemar de. "Sobre o Plano Director da cidade do Rio de Janeiro". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, n. III, vol. III, pp. 133-134, mai. 1936.

PECHMAN, Robert Moses. "O urbanismo

fora do lugar? Transferências e traduções das ideias urbanísticas nos anos 20". In:

**Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 331-362. PORTINHO, Carmen. "O Critério Científico no Urbanismo". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, pp. 15-16, jan. 1934.

\_\_\_\_\_. "O Estudo do Urbanismo". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, pp. 50-52, jul. 1934.

REIS, Luiz Santos. "O aeroporto do Calabouço". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, n. III, vol. III, pp. 139-142, mai. 1936.

REZENDE, Vera L. F. M. "A Comissão do Plano da Cidade, um modelo de gestão e um plano de obras para a cidade do Rio de Janeiro". In: **Encontro Nacional da ANPUR**, 9, Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/551.pdf>>. Acesso em 26/10/2019.

\_\_\_\_\_. "Urbanismo e Planejamento no Distrito Federal: debate e investidas de 1920 a 1945". In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: n. 12, pp. 77-99, 2017.

Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/a-revista/>>. Acesso em 23/05/2019.

SABOYA Ribeiro, J. O. "Saneamento, extensão e embelezamento do bairro de Botafogo". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 14, pp. 222-227, jan. 1935a.

\_\_\_\_\_. "Saneamento, extensão e embelezamento do bairro de Botafogo". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 15, pp. 287-292, mar. 1935b.

\_\_\_\_\_. "Saneamento, extensão e embelezamento do bairro de Botafogo". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 16, pp. 366-370, mai. 1935c.

SANTANA, Fábio T. M. ; ALMEIDA, Luciano C. "Plano Agache: um projeto de ordenamento territorial na cidade do Rio de Janeiro". In: **Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 7, 2014, Vitória. Anais... Vitória, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14051394-l-plano-agache-um-projeto-de-ordenamento-territorial-na-cidade-do-rio-de-janeiro>>.

html >. Acesso em 26/10/2019.

SILVA, Lúcia. "A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil". In: **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 397-410.

\_\_\_\_\_. **História do Urbanismo no Rio de Janeiro**: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas. E-papers: Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Pedro Souza da. "A trajetória

de Revista Municipal de Engenharia, o planejamento urbano e a circulação de novas ideias urbanistas no Rio de Janeiro (1930-1945)". In: **Revista Cantareira**. Niterói: 26 ed. jan-jun, pp. 108-120, 2017. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/>>. Acesso em 22/05/2019.

Recebido em: 21/05/2020

Aprovado em: 11/07/2020